

# Petrópolis Recebeu o Grande Amigo

## Dos Trabalhadores!

# PRESIDENTE GOULART

# NOSSO HOSPEDE

# Desde Ontem à Tarde



COLUNAS

## [Coluna] Memória E Verdade Em Petrópolis – Jango No Palácio Rio Negro

COLABORADOR • mar 7, 2017



por Eduardo Stotz, presidente da CMV

Em 07 de janeiro de 1964, os jornais petropolitanos anunciavam a transformação do Palácio Rio Negro em sede do governo federal, com a chegada de João Goulart, e, no Palácio Itaboraí, do governador do Estado do Rio, Badger Silveira.

João Goulart iniciou o seu governo no ano de 1964 com a apresentação das “reformas de base” (Jornal de Petrópolis, 01 de janeiro de 1964). As reformas, principalmente a agrária e o controle sobre a remessa de lucros, destacavam a necessidade de superar os estrangulamentos do mercado interno e, portanto, para o crescimento econômico, representados, de um lado: pela gigantesca concentração de terra e pobreza do campesinato; de outro, pela espoliação imperialista que drenava para o exterior, sobretudo para os Estados Unidos da América, a riqueza produzida pelos trabalhadores.

Certamente Jango pretendia ir além com outras iniciativas, a exemplo da alfabetização em massa, da substituição do café pela soja como principal produto agrícola do país e mesmo o aproveitamento do potencial hidrelétrico das Sete Quedas, discutido em reunião informal com Alfredo Stroessner, então presidente do Paraguai (Tribuna de Petrópolis, 21/01/64).

Tratava-se, portanto, de mudanças dentro do sistema capitalista que, no país, desenvolvia-se de modo limitado e dependente.

Viabilizá-las politicamente supunha coligar forças políticas: nesse sentido, em 15 de janeiro, Jango, por intermédio de San Thiago Dantas, apresentou a ideia de uma Frente Progressista (Diário de Petrópolis, 19/02/1964). O sentido dessa mobilização fica claro se lembrarmos o calendário político: em 1965 deveria acontecer a eleição para a presidência da República, na qual empenhavam-se tanto Goulart como seus oponentes, principalmente Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. Jango buscava o equilíbrio entre o processo político e a situação econômica, caracterizada pela intensa mobilização dos trabalhadores em defesa de suas condições de vida face à carestia, de um lado, e a necessidade dos capitalistas retomarem a taxa de lucros, de outro. Uma situação inquietante e áspera, caracterizada pelos conflitos de classe e ameaça golpista.

A Tribuna de Petrópolis de 17/01/1964, na matéria “Imponente solenidade no Quartel da Presidência”, transcreve o discurso da ordem do dia do Juramento à Bandeira pelos conscritos do 1º BC, redigido pelo Coronel Kerensky Tulio da Mota. Os conscritos de 1963 deviam “amar

a Pátria, com um amor vibrante, ativo e esclarecido”. As palavras finais merecem ser aqui transcritas, pela referência à conjuntura e à posição de lealdade da tropa aquartelada: “O nosso Batalhão será um instrumento de combate apto e capaz de cumprir as ordens que receber, em defesa do Brasil e de suas instituições, representadas pelo governo que, escolhido pelo povo, apesar das dificuldades do momento, promove o seu bem estar e a sua felicidade.”

Apesar das dificuldades que, contudo, se agravaram, no final do primeiro trimestre de 1964, o governo reformista de Goulart estava à deriva, abandonado pela própria burguesia industrial a quem as reformas de base se destinavam. O dispositivo militar de apoio de Jango desmoronou. O presidente, no discurso pronunciado no Automóvel Clube do Brasil em 30 de março, expressou a consciência dessa perda de bases de seu governo junto às classes dominantes. Identificou as forças da reação, articuladas desde os idos de 1961, na campanha de oposição sistemática às reformas, campanha que se sustentava no “dinheiro graúdo profissionais da remessa ilícita de lucros” e do “petróleo internacional”, contando com apoio do “dinheiro miúdo” de especuladores e comerciantes desonestos.

*Foto: capa do Diário de Petrópolis de 7 de janeiro de 1964*

A Comissão é formada por: Eduardo Stotz – sociólogo e historiador, pesquisador da Fiocruz; Glauber de Oliveira Montes – historiador e professor; João Fabre dos Reis – advogado trabalhista; Maria Helena Arrochellas – teóloga e coordenadora do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; Rafane Valoura Paixão – historiadora e Roberto Schiffler Neto – sociólogo e professor.

Endereço e acesso: Prefeitura Municipal de Petrópolis – Avenida Koeler, 260 – Centro – Petrópolis – RJ – Tel.: (24) 2246-9325.  
Facebook.com/cmvpetropolis – [cmv@petropolis.rj.gov.br](mailto:cmv@petropolis.rj.gov.br)

*Mais em:*

[\[Coluna\] Memória e Verdade em Petrópolis](#)

[\[Coluna\] Memória e Verdade em Petrópolis – o Processo Histórico da Luta](#)

*As opiniões contidas não representam a opinião do site; a responsabilidade é do autor da publicação.*

